

Fidelidade infiel: a trajetória paleográfica e diplomática do testamento do rei D. Pedro II de Portugal

Unfaithful fidelity: palaeographic and diplomatic trajectory of the king D. Pedro II's testament from Portugal

Elias Theodoro Mateus*

Mestrando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
elias.theodoro@yahoo.com.br

Recebido em: 21/04/2016

Aprovado em: 11/05/2016

RESUMO: Este artigo analisa o desenvolvimento da Paleografia e da Diplomática entre os séculos XVIII e XX, enquanto ciências, a partir da transmissão do testamento do rei de Portugal D. Pedro II, escrito originalmente em 1704 pelo seu conselheiro confessor, o padre jesuíta Sebastião de Magalhães. As três edições do texto fundador, a primeira de 1726, a segunda de 1746 e a última de 1967 acompanham momentos importantes da história portuguesa, assim como das instituições responsáveis por guardar seus monumentos escritos, e oferecem pistas sobre a fundação e consolidação da tradição paleográfica em Portugal. A partir do texto fundador e de seus três testemunhos consecutivos, mostraremos como a Paleografia e a Diplomática foram fundamentais não só para uma interpretação adequada da escrita, como também para reaproximar a edição do texto original.

PALAVRAS-CHAVE: Paleografia, Diplomática, Edição.

ABSTRACT: This paper analyzes the development of the Paleography and the Diplomatic among eighteenth and twentieth centuries as science, from the transmission of the D. Pedro II's testament, Portuguese king, originally written in 1704 by his confessor and adviser, the Jesuit priest Sebastian de Magalhaes. The three testimonies of the founding text, the first of 1726, the second 1746 and the last 1967 accompany important moments of the history of Portugal, as well as the institutions responsible for keeping their written monuments, and they offer clues about the foundation and consolidation of paleographic tradition in Portugal. From the founding text and its three consecutive testimonies, we will show how Paleography and Diplomatic were crucial not only for a proper interpretation of the writing, but also for reconnecting the editions to their original text.

KEYWORDS: Palaeography, Diplomatic, Edition.

“A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.”¹

O válido do rei

O século XVIII se iniciou, na Europa, diante de um grande conflito em torno da sucessão do trono espanhol. O rei Carlos II, pertencente à Casa Real dos Habsburgo, não possuía nenhum herdeiro direto. Em 1700, deixou em testamento a sucessão a Felipe de Bourbon, neto do rei de França, Luís XIV. Aclamado como Felipe V da Espanha, era também sucessor do trono francês. A eminência de um reino tão poderoso ameaçava às demais monarquias europeias, especialmente Áustria e Grã-Bretanha. A controvérsia política deu início ao conflito da Guerra de Sucessão Espanhola, que se estendeu de 1702 a 1714. No primeiro momento, Portugal se alinhou com a França. Entretanto, não tardou para que a Inglaterra interferisse.

O então rei lusitano, D. Pedro II, recebeu o pretendente ao trono espanhol, o arquiduque D. Carlos de Áustria, em 1704. Em 28 de maio daquele ano, partiu com o austríaco de Lisboa para a Beira, onde iniciaria a campanha portuguesa em favor do grupo dos Aliados. Ao deixar a Corte, o rei entregou o governo à regência de sua irmã, D. Catarina de Bragança, rainha-viúva da Grã-Bretanha. Sua regência gerou certo desconforto entre os dirigentes políticos e militares de Portugal, especialmente porque o Rei, antes mesmo da viagem de campanha, apresentava sinais de falta de saúde. Além do mais, o herdeiro sucessor, o príncipe D. João, ainda não contava com dezesseis anos completos.²

Na comitiva que acompanhou o monarca, estava o seu confessor e conselheiro, o padre jesuíta Sebastião de Magalhães. O horizonte de D. Pedro II, naquele momento, era o de um continente em guerra. Temeroso de que o seu próprio reino pudesse sofrer do mesmo infortúnio, encomendou ao confessor que redigisse o seu testamento a fim de que a sucessão do trono

*Este artigo foi produzido no âmbito da disciplina Leitura de Transcrição de Manuscritos, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Letra da UFOP pela Prof^a Dr^a Soélis Teixeira do Prado Mendes. Dedico este artigo à Maria Helena Flexor, professora e amiga.

¹ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 83.

² TRONI, Joana Leandro P. de Almeida. *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668-1706)*. 770 f. Tese (Doutorado em História Moderna) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2012, p. 438.

português fosse devidamente assegurada ao príncipe D. João. Assinalava que aquela providência se fazia necessária “por respeitar | a utilidade publica destes Reynos, pera q’ | em nenhum tempo experimentem as in- | felicidades q’ a outros m^{tos}. tem acontecido | pella falta de Sucessam Real”³. No dia 19 de setembro de 1704, enquanto estava na cidade da Guarda, situada no alto da Serra da Estrela, o padre Sebastião de Magalhães lavrou o testamento do rei em doze fólhos. No final daquele mês, D. Pedro II retornou a Lisboa muito debilitado e abatido pelo fracasso da campanha. Resistiu até dezembro de 1706, quando faleceu e deixou a sucessão do trono ao seu filho, conforme disposto em testamento.⁴

O padre Sebastião de Magalhães foi um personagem de destaque no cenário político do reinado de D. Pedro II. Recebeu de Tristão da Cunha e Ataíde, o conde de Povolide, a alcunha de “valido do rei”, por acompanhar o monarca na sua hora derradeira⁵ e reveladora sobre inequívoca proximidade entre o rei e seu confessor, “sendo o padre uma importante testemunha da sua consciência e vontades”⁶. No âmbito da constituição do corpo político do rei, determinados personagens da cena palatina eram recrutados sob o selo da confiança política. O padre Magalhães, enquanto valido, gozava deste privilégio que o punha como uma extensão funcional da pessoa régia.⁷ No próprio testamento, encontramos um indício dessa relação de profunda confiança. D. Pedro II deposita nas mãos do padre confessor um papel com disposições particulares que, apesar de não figurarem em testamento, tinham força como tal. Não é por menos que, em 1697, ele começara a escrever um relato biográfico daquele rei. A *Vida de D. Pedro II Escripita pelo Seu Confessor, P. Sebastião de Magalhães*, cujo manuscrito se encontra sob guarda da Biblioteca Pública de Évora, foi finalizado apenas postumamente, pois a Guerra de Sucessão consumiu a atuação do padre e outros assuntos demandavam atenção da Coroa, como as recém-descobertas minas de ouro na América. Além do mais, sua atividade política dividiu espaço com a assistência espiritual ao monarca em sua enfermidade.

Sebastião de Magalhães nasceu em Tânger, em 1635, filho de Manuel de Sousa Magalhães, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Antónia Fernandes de Araújo, que, na altura da década de

³ ANTT. Gaveta 16, maço 2, n. 21. “Testamento de D. Pedro II [19 de setembro de 1704]”, fl. 5 r.

⁴ TRONI. *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II*, p. 619.

⁵ _____. *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II*, p. 436.

⁶ GAMA, Maria Luísa. “Padre Sebastião de Magalhães: Conselheiro e Confessor de D. Pedro II (1635-1709)”. In: MARTÍNEZ, Millán [et al.] (orgs.). *La Corte en Europa: Política y Religión (Siglos XVI-XVIII)*. Vol. 2. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012, p. 1241.

⁷ CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera L. do Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português*. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 59.

1680, vivia recolhida no Convento das Religiosas de Velas.⁸ Ingressou na Companhia de Jesus em 1655, de onde seguiu proeminente carreira acadêmica. No ano de 1684, teve início seu processo de habilitação para Familiar do Santo Ofício, no correr do qual as seis testemunhas confirmaram que ele era “pessoa | de bons procedimentos, vida, e costumes, bom Letrado, | e capaz deser encarregado de neg^{os}. que requerem segredo | sciencia, e prudencia”⁹. Em 1692, em substituição ao padre Manoel Fernandes, foi nomeado oficialmente Confessor Régio e, na corte, o padre desempenhou também o protagonismo político de um Conselheiro.

No contexto da crise política do início do século XVIII, o valido do rei redigiu o testamento de D. Pedro II em cinco partes: apresentação do rei, relevo da religião Católica para o Reino de Portugal, súplicas e invocações de santos e santas (l. 1-73); disposições e legados aos infantes seus filhos (l. 73-232); legados diversos, disposição sobre seu sepultamento e missas (l. 232-288); disposições sobre a sucessão do trono, na eventualidade da morte do príncipe D. João e extinção de sua descendência (l. 288-346); e encerramento com assinatura do Rei (l. 346-351). Para além do testemunho histórico da época, neste estudo, o testamento do rei D. Pedro II nos interessa por duas razões: uma concernente aos aspectos paleográficos e outra no que se refere à transmissão do texto original.

Inicialmente, o objetivo era verificar os problemas, de um ponto de vista paleográfico e diplomático, do desdobramento das abreviaturas nos testemunhos de um texto. Localizamos três apógrafos para o texto genuíno, os quais se constituem na fonte desta pesquisa, a saber: o traslado do testamento do rei D. Pedro II, assinado pelo tabelião José de Mello de Macedo (1726); a transcrição presente nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa (1746); e a transcrição de Rosalina da Cunha, alocada na edição de *As Gavetas da Torre do Tombo* (1967). Seria inviável pensar o desdobramento das abreviaturas do texto original em seus testemunhos sem considerar o estágio de desenvolvimento nas ciências da Paleografia e da Diplomática nos seus respectivos momentos de composição. Sendo assim, o estudo das abreviaturas acompanhou, como será devidamente apresentado, o histórico da complexidade que envolveu a transmissão do texto original.

Conhecer o punho de um autor intelectual ou idiógrafo de um texto manuscrito é fundamental para determinar a autenticidade de sua procedência. A Paleografia, enquanto ciência, nasceu, justamente, com a incumbência de examinar e catalogar as formas de escrita conforme a

⁸ ANTT/TSO. Maço 4, n. 91. “Diligências de habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício do padre Sebastião de Magalhães [01 de agosto de 1684]”, fl. 7 v.

⁹ _____. “Diligências de habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício”, fl. 6 r.

datação e o local de procedência.¹⁰ Uma particularidade da documentação portuguesa é o processo de reorganização que sofreu após o terremoto de novembro de 1755. Com o desmoronamento do Real Arquivo da Torre do Tombo, inúmeros documentos se perderam e, eventualmente, foram copiados a partir de testemunhos pré-existentes à catástrofe.

A atividade acadêmica, política e religiosa do padre Sebastião de Magalhães foi muito intensa. Encontramos, portanto, muitos manuscritos de sua autoria intelectual em fundos documentais do Tribunal do Santo Ofício (no qual ocupava o cargo de familiar), na Torre do Tombo. Já o testamento se encontra no fundo das Gavetas, seção dos documentos da Casa da Coroa. Para encorpar ainda mais esta análise, recorreremos ao fundo dos Manuscritos da Livraria. Num dos códices desse fundo, encontramos uma correspondência do padre Magalhães. Os trechos abaixo são um recorte da identidade do alfabeto dos dois manuscritos, cuja marca primordial é a idiosincrasia do grafema <e> em contexto de conjunção coordenada aditiva.

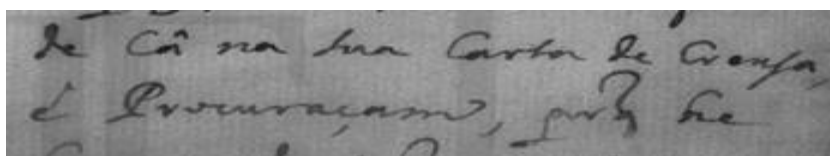


FIGURA 01: Trecho do manuscrito de autoria intelectual do padre Sebastião de Magalhães. ANTT/MSLIV, n. 168 (74). “Carta do Padre Sebastião de Magalhães para um Ministro” [24 de junho de 1687], fl. 203r. [(...) de câ na sua Carta de Crensa, | e' Procuraçam, por q' he (...).”].

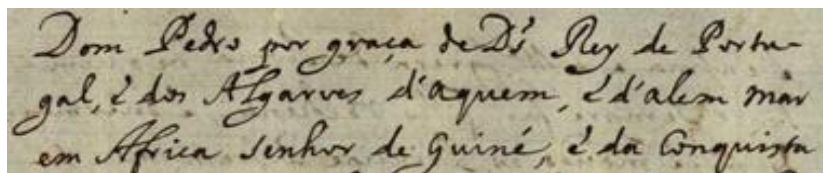


FIGURA 02: Trecho do testamento do rei D. Pedro II. ANTT/GAV. Gaveta 16 da Casa da Coroa, maço 2, n. 21. “Testamento de D. Pedro II” [19 de setembro de 1704], fl. 1r. [Dom Pedro por graça de Ds' Rey de Portu- | gal, e' dos Algarves d'aquem, e' d'alem mar | em Africa senhor de Guiné, e' da Conquista (...).”].

O testamento original, conforme tratamos aqui, é classificado como um idiógrafo, isto é, escrito por terceiro sob controle direto do autor. Com relação aos testemunhos de 1726, 1746 e 1967, todos apresentam pistas gráficas (as quais serão destacadas ao longo do artigo) que remetem ao texto de 1704 como matriz comum e, sendo assim, este manuscrito foi consultado nos três contextos de transcrição. Se considerarmos que, no ato de copiar um texto, o submetemos ao risco de ser alterado com relação ao seu estado original, seja no conteúdo, seja na

¹⁰ PERUGI, Maurizio & SPAGGIARI, Barbara. *Fundamentos da Crítica Textual: história, metodologia, exercícios*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2004, p. 17.

forma, então a cópia de um texto “representa a versão necessariamente alterada do original que intende transmitir”¹¹. Cada apógrafo adere a si pistas gráficas que permitem compreender o desenvolvimento científico da Paleografia e da Diplomática em Portugal. Nas páginas a seguir, demonstraremos que a consequência deste processo de desenvolvimento – ainda em curso – foi a reaproximação da cópia à forma genuína do texto original.

Erudição, catástrofe e ciência

Em 1720, por ordem do rei D. João V, foi fundada a Academia Real de História Portuguesa. A instituição, que funcionou até 1776, contava regularmente com 50 membros e se diferenciava frente a outras academias literárias do mesmo período por usufruir do mecenato régio,¹² e os primeiros impulsionadores da Academia Real foram o quarto conde de Ericeira e dom António Caetano de Sousa. Seu projeto historiográfico incorporava a produção de uma narrativa que enquadrasse toda a história eclesiástica e secular de Portugal. Eclesiásticos e leigos da Academia procuraram mobilizar a crítica documental nos seus trabalhos, pois a Diplomática, “uma vez esquematizada e reduzida a regras”¹³, segundo a concepção corrente na época, servia para garantir a validade dos testemunhos daquele projeto historiográfico financiado pela Coroa, de modo que o legitimasse.

Foi no seio da Academia Real da História Portuguesa que a leitura do *De re Diplomatica*, do beneditino francês Jean Mabillon, publicado em 1681, ganhou fôlego entre os eruditos portugueses. O período em que a instituição vigorou foi marcado, sobretudo, por um levantamento exaustivo e hercúleo de manuscritos que, por vezes, remontavam às origens da Lusitânia e resultou na produção de considerável número de índices e inventários. O escrúpulo com os documentos, manifesto pelo fundamento da Diplomática, corroborava o programa investigativo da Academia Real, pois a narrativa da história portuguesa, desde antes dos romanos até a dinastia dos Bragança, “aconselhava-se o uso de ‘segura crítica erudita’, mas que não recaísse na incredulidade frente às ‘tradições fundadas’ e aos ‘milagres aprovadas’”¹⁴. A Diplomática de Mabillon, conhecida do conde de Ericeira, seria indispensável aos acadêmicos no estudo

¹¹ PERUGI & SPAGGIARI. *Fundamentos da Crítica Textual*, p. 20.

¹² SILVA, Taise T. Quadros da. “Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)”. Ouro Preto, *História da Historiografia*, n. 03, set. 2009, p. 205.

¹³ CRUZ, António. “Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal”. Porto, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1966, p. 194.

¹⁴ SILVA. *Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista*, p. 207.

científico do documento escrito, na sua forma e conteúdo, definindo sua autenticidade e o seu valor probatório enquanto testemunho de dados e fatos históricos.¹⁵

Entre as inúmeras obras editadas e publicadas no âmbito da Academia Real de História Portuguesa, estava a monumental *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, com autoria de um dos fundadores, o clérigo D. António Caetano de Sousa, organizada em 12 volumes. Uma vez que os aspectos e exigências da Diplomática encabeçavam os estudos acadêmicos daquela instituição, recomendava-se que “no termo de cada memória distribuída aos acadêmicos fossem apensados, como provas as mais seguras, aqueles títulos dos arquivos que corroboravam os textos”¹⁶. Por esta disposição, abria-se o horizonte historiográfico de D. António Caetano, que publicou, em seis volumes, as *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

O compêndio das *Provas* traz 4580 páginas de transcrição dos documentos existentes nos arquivos portugueses e estrangeiros que serviram de fontes para a escrita da *História Genealógica*. O compêndio não era apenas uma compilação cronológica da história da Coroa portuguesa, mas compreendia um projeto de “história universal” do reino de Portugal, das complexas relações que estabelecia com os seus domínios ultramarinos, outros reinos europeus e com a Igreja Romana. O conjunto de transcrições servia para dar inteligibilidade e validade para a narrativa histórica proposta e, assim, atendia aos anseios do mecenato régio, já que “a produção discursiva da academia, no gênero história, deveria auxiliar a manutenção do poder monárquico ao obedecer às regras formuladas para a abordagem dos temas que colaboravam para a formação da imagem real”¹⁷. O estilo erudito era, assim, percebido na própria composição da obra.

O conjunto da *História Genealógica* e das *Provas* foi publicado entre 1735 e 1749, mas, antes de sair a lume, passara pela Real Mesa Censória, e um dos censores que avaliou a pertinência da obra foi o próprio conde de Ericeira. Seu parecer foi favorável à publicação. A avaliação do conde pautou-se “não só com os documentos authenticos, que são as únicas provas dos verdadeiros estudos Genealógicos, mas com os livros manuscritos, e impressos mais fidedignos, assim Portuguezes, como Estrangeiros”¹⁸, já que ele era exímio conhecedor dos documentos e da crítica documental. Indicou, também, o lugar das provas na obra de D. António, que se valeu de copiosa documentação das mais diversas procedências “de que muitos pela primeira vez, por

¹⁵ GOMES, Saul António. “Anotações de Diplomática eclesiástica portuguesa”. *HVMANTAS*, vol. 50, 1998, p. 625-646.

¹⁶ CRUZ. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 192-93.

¹⁷ SILVA. *Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista*, p. 206.

¹⁸ SOUSA, António Caetano. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Vol. I. Lisboa Ocidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1735. Censura.

milagre da diligencia do Author, resuscitarão dos Archivos em que estavaõ ha muitos seculos sepultados”¹⁹. No quinto volume das *Provas*, publicado em 1746, encontra-se transcrito o testamento do rei D. Pedro II.

Contudo, nem as recomendações das diretrizes da Academia Real, nem os conhecimentos da Diplomática manifestos por determinados acadêmicos, como o conde de Ericeira, foram suficientes “para que se fizesse com a devida exactidão a leitura de documentos extractados ou copiados na íntegra”²⁰. O próprio D. António Caetano de Sousa dissertou sobre o assunto na introdução da *História Genealógica*. Reconhecia que pela monumentalidade da sua incumbência, estava sujeito a inúmeras falhas, argumentando que não tivera mais socorro do que o de seu braço. E acrescenta: “Também não duvido, que se acharão outros na mudança de alguns números, com que se alteraõ os dias, e os annos, ou por descuido da penna, o que evitey tudo o que foi possível, ou por inadvertência, que he inevitável nas copias”²¹.

Na altura em que D. António empreendeu o hercúleo trabalho de transcrição das fontes, a Paleografia e a Diplomática atendiam, fundamentalmente, aos eruditos no processo de averiguação da fidedignidade do texto através da identificação da escrita. Não havia, portanto, critérios rígidos para edição de manuscritos, cabendo ao copista estabelecer critérios de transcrição que assegurassem a fidelidade do texto, ainda que isso significasse intervenções no original. A partir da transcrição do testamento de D. Pedro II, inferimos alguns desses critérios: desdobramento das abreviaturas, à exceção das siglas *D.* (Dom; Dona) e *S.* (Santo; Santa; São; Sua); despreocupação com a ortografia do original, utilizando variantes (“Deos” ao invés de “Deus”, como no original, por exemplo); separação das palavras grafadas juntas indevidamente e vice-versa; manutenção do sistema de pontuação. Em relação à variação, contudo, o copista tenta manter algumas grafias, ainda que com certa fragilidade, como se observa no vocábulo “caza”. No título da obra, o vocábulo é grafado com <s> e a transcrição conserva a grafia do texto original, isto é, com <z>. Mesmo assim, esta interpretação não pode ser tida como absoluta, pois no século XVIII, e mesmo no XIX, não era incomum encontrar as duas ocorrências para o mesmo vocábulo.

O método comparativo que utilizamos para atestar a autenticidade do testamento original, escrito pelo padre Sebastião de Magalhães, serviu para comprovar que a transcrição de D. António Caetano de Sousa foi feita a partir daquele manuscrito de 1704 e que, assim, passou

¹⁹ _____. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Censura.

²⁰ _____. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 193.

²¹ SOUSA. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Dedicatória.

longe do traslado assinado pelo tabelião José de Mello de Macedo, em 1726, já que não apresenta nenhum dos lapsos que este notário cometera, matéria que trataremos na próxima sessão.

D. António, ao apensar as transcrições das fontes, estava afinado à concepção de Diplomática de sua época, pois compreendia a relevância do conteúdo do documento como prova irrefutável de fatos históricos. Seu esforço se legitimou diante da denúncia de que muitos genealogistas deram corpo a “fabulosas origens de Famílias” a fim de atestar/falsificar suas origens nobiliárquicas, posto que “como não tem documentos com que se comprove aquella filiação, passa na boa fé dos copiistas; e deste modo se introduzem no Mundo perniciosos erros, que os prudentes devem evitar não cooperando para huma notoria falsidade”²². Esta afirmação de D. António ratifica o seu objetivo de transmitir os textos, incluso aí o testamento de D. Pedro II, a saber, enfatizar sua condição de prova documental para a história genealógica da Casa Real portuguesa.

Joaquim José Moreira de Mendonça narra que o primeiro dia de novembro de 1755 amanheceu sereno, sol claro e o céu sem nuvens. Por volta das nove e meia da manhã, correndo um pequeno vento nordeste, a terra começou a se abalar com pulsação do centro para a superfície e com o impulso tremia ao balanço de norte a sul. Os dois tremores duraram entre seis e sete minutos e foram suficientes para arruinar Lisboa e as vastas regiões do reino. O autor recorda que “escureceu-se algum tanto a luz do Sol, sem duvida pela multidão de vapores, que lançava a terra, cujas sulphureas exalaçoens perceberam muitos”²³. Das ruínas dos edifícios emergiu uma densa poeira sobre a cidade que mais se assemelhava a uma forte cerração, sufocando todos os viventes. Após o sismo, o mar se retraiu, “deixando nas suas margens ver o fundo ás suas agoas nunca de antes visto”, e voltou-se contra as áreas marítimas na forma de ondas gigantes, submergindo todas as povoações litorâneas, “destruindo muitos edeficios, e levando muitas pessoas involtas nas suas agoas”²⁴. Era dia da solenidade de Todos os Santos e as missas e ofícios começaram cedo por toda a Lisboa. Milhares de velas foram ao chão durante os tremores. As labaredas que subiam pelas cortinas e consumiam madeiras se espalhavam com o vento e nem mesmo os milhões de litros d’água foram suficientes para apagar o incêndio que consumiu a velha cidade medieval, “destruindo tudo quanto o Terremoto havia perdoado”²⁵.

²² _____. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, p. XVIII.

²³ MENDONÇA, Joachim Joseph Moreira de. *Historia universal dos terremotos*. Lisboa: Na Offic. de Antonio Vicente da Silva, 1758, p. 114.

²⁴ _____. *Historia universal dos terremotos*, p. 114.

²⁵ _____. *Historia universal dos terremotos*, p. 118.

O autor da *História universal dos terremotos* era responsável pelo Cartório do Tombo da Câmara de Lisboa, o qual, àquela altura, contava com os títulos de mais de milhares de propriedades. Relata que procurou manter-se no local para salvar aquele cartório por compreender a importância do arquivo para a administração pública da cidade. A mesma sorte não tiveram os órgãos importantes da administração reinícola e ultramarina, pois padeceram em ruínas e entre as labaredas de fogo os edifícios da Alfândega Real, Casa da Índia, Casa do Tesouro ao Arco da Consolação, os Tribunais do Desembargo do Paço, Junta dos Três Estados, Conselho da Fazenda, Conselho Ultramarino, Casa da Mesa de Consciência e Ordens e muitos outros, nos quais se perderão numerosos livros cartoriais e papéis de grande monta. Joaquim Mendonça relata que entre as muitas preciosidades, para desolação dos eruditos, o fogo consumiu inúmeras livrarias, em especial a Biblioteca Real.²⁶

Por ordem do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, os documentos do Real Arquivo da Torre do Tombo que resistiram à catástrofe foram armazenados provisoriamente em uma barraca de madeira na Praça das Armas e, dois anos depois, transferidos para o mosteiro de São Bento da Saúde. Após o terremoto, a documentação precisou ser reorganizada e sistematizada. Os princípios da Paleografia e da Diplomática ganharam novo impulso entre os eruditos portugueses, guiados pelos beneditinos, fiéis seguidores de Mabillon naquela matéria. Já no ano seguinte, começou a reorganização criteriosa do acervo, que ficou conhecida como a Reforma das Gavetas e contou com a atuação efetiva daqueles beneditinos. O próprio testamento do rei D. Pedro II, conforme nota do guarda-mor da Torre do Tombo, Manoel da Maya, foi transcrito no Livro da Reforma dos Documentos das Gavetas, embora não tenha mencionado o fólio.

No período pombalino, a lida com o vasto acervo documental, seu tratamento metodológico e arquivístico gestaram as bases científicas que a Diplomática alcançou no período mariano, em Portugal. Uma das contribuições mais relevantes no final do século XVIII foi a do franciscano Frei José Pedro da Transfiguração. Em 1792, publica no Porto a *Dissertação ou breve tractado sobre algumas regras mais necessarias da Hermeneutica, e da Diplomática*, que é a primeira obra impressa em português sobre esta matéria.²⁷ António Cruz credita aos beneditinos e ao referido franciscano às origens e desenvolvimento do estudo da Diplomática em Portugal.²⁸

²⁶ _____. *Historia universal dos terremotos*, p. 129-30.

²⁷ TRANSFIGURAÇÃO, Fr. Joseph Pedro da. *Dissertação ou breve tractado sobre algumas regras mais necessarias da hermeneutica, e da diplomatica, para o estudo da Historia Ecclesiastica*. Porto: Na Of. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1792.

²⁸ CRUZ. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 207.

Por Alvará de 21 de fevereiro de 1801, o príncipe regente D. João VI tornou obrigatória aos tabeliães de Lisboa e aos escrivães do Real Arquivo da Torre do Tombo a frequência de, pelo menos, um ano na cadeira da Diplomática instituída anos antes na Universidade de Coimbra. O curso foi anexado às dependências da Torre do Tombo, onde era inspecionado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino. No Arquivo, os alunos praticavam seus exercícios com os documentos sob guarda daquela instituição. Entre 1817 e 1818, finalmente são concluídos os trabalhos da Reforma das Gavetas, resultando em 53 volumes de transcrições, para os quais em muito contribuiu a dita Cadeira de Diplomática. Naquela altura, o arquivo já dispunha de pessoal especializado na leitura paleográfica e tratamento diplomático dos manuscritos. A lente daquela cadeira era o Dr. João Pedro Ribeiro, o grande nome do estatuto científico da Diplomática no reino português.

Quase um século e meio mais tarde, os documentos das Gavetas voltaram a ocupar paleógrafos e diplomatas portugueses. Agora, o objetivo era transcrever os manuscritos das 25 gavetas da Torre do Tombo e levá-los ao grande público. Entre 1960 e 1977, um grupo de pesquisadores do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian e coordenados pelo professor António da Silva Rego, publicou em doze volumes as transcrições, intitulados como *As Gavetas da Torre do Tombo*²⁹.

A gaveta indica o móvel em que os documentos são guardados e as antigas referências eram dadas de acordo com o assunto ou a instituição de procedência. Atualmente, elas são numeradas. Quando, na véspera do natal de 1977, Maria Luísa Meireles Pinto assinava o décimo segundo volume das *Gavetas*, enfatizou, em nota, que o trabalho não estava finalizado – ainda que aos nossos olhos o trabalho tenha sido hercúleo – pois as gavetas se constituem enquanto um fundo aberto. Com aquelas edições, a equipe intentava contribuir para facilitar a acessibilidade ao material sob guarda da Torre do Tombo e, assim, alargar os horizontes da pesquisa histórica em Portugal. Por extensão, encorpariam também os estudos filológicos.

No primeiro volume, A. da Silva Rego indicou alguns critérios de edição que guariam o trabalho da equipe, composta pelas paleógrafas licenciadas Alice Estorninho, Belarmina Ribeiro, Maria Luísa Esteves e Rosalina da Silva Cunha. Os critérios de transcrição foram a atualização do valor lexical das letras ramistas, introdução de pontuação apenas quando estritamente necessário, desdobramento das abreviaturas, manutenção da ortografia original e abertura de parágrafos, cuja

²⁹ REGO, António da Silva (coord.). *As Gavetas da Torre do Tombo*. 12 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1960-1977.

primeira letra deveria ser grafada em itálico. Ao fim de cada transcrição, as iniciais da transcritora apareceriam entre parênteses. Optou-se também pela separação das palavras grafadas juntas, assim consideradas pela ortografia atual, e junção daquelas que estivessem separadas. Este critério não aparece naquelas considerações iniciais.

Todos os critérios mencionados figuram na transcrição do testamento de D. Pedro II empreendida por Rosalina Cunha. Ela abriu parágrafos quando eles eram indicados por espaços em branco no original e somente empregou pontuação antes da mudança paragrafíca ou após longuíssimos períodos. Nesse momento, como se observa pela trajetória do manuscrito original, o texto fundador já contava com um significativo número de testemunhos. Tais cópias não impactaram diretamente a transcrição publicada no sexto volume das *Gavetas*, em 1967. Se o fizeram, foi no âmbito de história da transmissão do texto ao longo do tempo no interior da tradição diplomatista e paleográfica portuguesa. Rosalina Cunha propôs uma edição do texto original, como se evidencia, ao longo da transcrição, pela indicação da mudança de fôlio conforme o manuscrito de 1704. Esta é uma peculiaridade que não se verifica em nenhum dos testemunhos anteriores.

Baseado no testemunho da equipe, o coordenador dos trabalhos indica que as cópias, eventualmente, não eram perfeitas e que deveria haver bastantes lapsos de leitura e transcrição. No entanto, isto não era motivo para invalidar a tarefa importante e útil que ali se desempenhou. Esse é um problema comum na transmissão de um texto e que tem demandado a atenção de filólogos, críticos textuais e historiadores há muitos séculos. A trajetória diplomatista e paleográfica do testamento de D. Pedro II revela o percurso do desenvolvimento científico destas matérias desde a publicação da obra de Jean Mabillon até os nossos dias. Se analisarmos as cópias à luz do texto original, concluiremos que o percurso dos testemunhos, no interior da tradição, tenderá a se reaproximar da sua forma genuína.

Fidelidade e infidelidade

Um dos aspectos das fontes manuscritas que sempre intrigou os paleógrafos, positiva e negativamente, são as abreviaturas. Quando Jean Mabillon publicou o *De re Diplomatica*, em 1681, e o padre Bernard Montfaucon levou a público, em 1708, o *Palaeographia Graeca*, a Paleografia resumia-se a ler e decifrar os monumentos escritos.³⁰ As abreviaturas se, por um lado, eram utilizadas para agilizar a produção de um texto e transcrição de discursos, remontando ao

³⁰ HERRERO, Carmen Olmedilla. “La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI: edición y valoración de las *Abreviaturas* de Juan Vázquez Del Mármol”. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos*, Madrid, vol. 4, 1993, p. 231.

surgimento da escrita, por outro lado era alvo de muitas controvérsias entre escribas e leitores. Entre outros fatores, a fluidez dos sistemas abreviativos nos períodos medieval e moderno comprometera a transmissão de inúmeros textos.

Este incômodo levou o granadino Juan Vázquez del Mármol, algumas décadas antes de Mabillon, a escrever um tratado em que sistematizava as abreviaturas existentes em diversos manuscritos eclesiásticos da Espanha. Segundo o testemunho de Mármol, a necessidade de escrever apressadamente muitas coisas foi a força motriz do desenvolvimento das abreviaturas em todos os tempos, o que ele igualmente verificava em sua época.³¹ Uma abreviatura era entendida por ele como a representação gráfica em poucas letras de uma dicção com muitas letras. Indicou que os gregos já usavam um sistema abreviativo – do qual derivava o latino – em que as vogais eram suprimidas, à exceção da primeira acompanhada pelas consoantes.³²

Sobre as abreviaturas, Mármol foi muito enfático quando afirmou ser “muy enemigo de ellas”. Seu breve tratado não tinha o objetivo de ensinar a produzi-las. Pelo contrário, aconselhava vivamente que se as evitassem, pois eram “causa de muita confusão e dano”, uma vez que cada escriba tinha seu próprio critério de abreviação dos léxicos e acreditavam em uma leitura homogênea do sistema abreviativo, o que, amiúde, não acontecia. Tal fenômeno levou muitas autoridades, em diversas partes da Europa, a proibir o uso das abreviaturas.³³

O granadino contribuiu, se não para o desenvolvimento científico da Paleografia, em boa medida para a introdução do método crítico na leitura e análise das abreviaturas existentes nos manuscritos. Ao compilar uma série de abreviaturas, sugeriu como e quando se deveria usá-las, de modo a evitar as confusões que sua ocorrência causava. Deveriam ser abreviadas as letras que gerassem menos ambiguidade. Em *preguntando e preguntado*, por exemplo, suprimir-se-ia o primeiro <n> e não o que compunha o sufixo do gerúndio.³⁴ No tratado de Mármol, método, técnica e conteúdo se encontram e tal combinação sustenta o seu propósito inicial, isto é, “ensinar a ler e usar as abreviaturas que se podem encontrar nos livros e evitar as confusões que vinham causando”³⁵.

Entre as diversas possibilidades oferecidas pelo manuscrito do testamento de D. Pedro II, de 1704, os paleógrafos podem deter sua atenção sobre o sistema abreviativo utilizado pelo autor

³¹ _____. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 194.

³² _____. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p.194.

³³ HERRERO. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 195.

³⁴ _____. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 195.

³⁵ _____. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 229.

idiógrafo, o padre Sebastião de Magalhães. A análise fica ainda mais rica quando esse sistema é visto à luz das cópias posteriores, identificando problemas na transmissão do texto ao longo do tempo. Ao longo dos doze fólios do texto original, encontram-se 248 ocorrências de abreviaturas, distribuídas e classificadas conforme a Tabela 01.

TABELA 01: Distribuição absoluta e relativa das abreviaturas no testamento (1704)

TIPOLOGIA	ABREVIATURAS		OCORRÊNCIAS	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Sigla	6	8,82%	48	19,35%
Apócope	10	14,67%	103	41,53%
Síncope	3	4,41%	9	3,64%
Letras sobrepostas	49	72,1%	88	35,48%
TOTAL	68	100%	248	100%

A Tabela 01 sistematiza a distribuição em valores absolutos e relativos das abreviaturas existentes no testamento original de D. Pedro II. Encontram-se abreviaturas do tipo sigla, apócope (suspensão), síncope (contração) e por letras sobrepostas. Para fazer uma análise mais adequada, estabelecemos duas leituras possíveis dos dados. Por um lado, quantificou-se o total de abreviaturas e, por outro lado, o total de ocorrências das abreviaturas. As abreviaturas por suspensão, ou apócope, põem em xeque uma análise unívoca do fenômeno linguístico. Todas as abreviaturas deste tipo correspondem ao “que” e seus derivados compostos de preposições (em que, pera que, com que, posto que, porque) ou artigo (o que).³⁶ Se considerássemos apenas a abreviatura em si, as apócopes representariam 14,67%. Quando pesadas as ocorrências totais, esse valor sobe para 41,53%, assumindo quase uma posição hegemônica no universo das abreviaturas do manuscrito que, na leitura anterior, pertencia às 49 abreviaturas distintas por letras sobrepostas (72,1%).

A classificação da abreviatura “q.” é objeto de controvérsias entre os maiores especialistas. Segundo Ana Berwanger e Franklin Leal, ela é considerada uma sigla, uma vez que a

³⁶ “Em que”, “o que” e “que” apresentam, cada uma, duas variações.

palavra é representada por sua letra inicial.³⁷ Já para Maria Helena Flexor, “as siglas são letras maiúsculas do alfabeto que sozinhas representam palavras completas e das quais são a inicial”³⁸. No caso das apócopes, os primeiros indicam que elas ocorrem quando se corta o final da palavra ou da sílaba. Quanto ao último ponto, Flexor discorda, pois, segundo a autora, a supressão de letras no meio do vocábulo constitui uma síncope. Se no vocábulo “que”, também classificado como monossílabo, se corta o final da palavra (e da única sílaba), por lógica se trata de uma apócope e não de uma sigla, como sugerem Berwanger e Leal.

Entre as abreviaturas por letras sobrescritas, temos um destaque para os advérbios marcados pelo sufixo *–mente*. Das 49 ocorrências deste tipo de abreviatura, encontramos 11 (*firmen^{te}*, *igualm^{te}*, *inteiram^{te}*, *novam^{te}*, *particularm^{te}*, *principalm^{te}*, *prudentem^{te}*, *reciprocam^{te}*, *severam^{te}*, *som^{te}*, *specialm^{te}*). Não há, no texto, nenhum registro do uso na forma plena deste sufixo. No século XVI, observando o uso cotidiano das abreviaturas, Vázquez del Mármol já prestava orientações nesse sentido, ao comparar as abreviaturas latinas com as castelhanas. Por mais que abreviar fosse um ato de necessidade, em muitos casos, era preciso que este afã não suplantasse a legibilidade do trânsito textual. Isso significava que a abreviação deveria evitar ao máximo a confusão, nem que para isso resultasse omitir apenas uma ou duas letras, já que algumas palavras, quando abreviadas, poderiam gerar leituras dúbias.³⁹

A inexistência, no texto original, de abreviaturas por letras sobrepostas que eventualmente pudessem acarretar confusão sugere que o padre Sebastião de Magalhães, ao redigir o testamento, pautou-se por esse rumo. Contudo, as únicas dubiedades se encontram nas abreviaturas por sigla, cuja única forma de decifrá-las é o contexto em que aparecem. Contextos que, por sua vez, se dilatam conforme o grau da necessidade. Duas siglas geraram esse tipo de problema: *D.* e *S.* Para a primeira, há duas possibilidades: *Dom* ou *Dona*. Quanto ao uso da sigla *S.*, há no manuscrito quatro possibilidades: *São*, *Santo*, *Santa* ou *Sua*. No caso das duas primeiras, o nome do santo ajuda a identificar a leitura correta. Já para explicar o segundo par, devemos retomar o caso das abreviaturas por letras sobrescritas, que acompanham “Madre” e “Majestade”, respectivamente.

³⁷ BERWANGER, Ana Regina & LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e diplomática*. 3ª ed. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008, p. 92.

³⁸ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos do século XVI ao XIX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 13. A autora também localizou abreviaturas deste vocábulo na forma de letra sobrescrita: “q^e”.

³⁹ HERRERO. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 229. Mármol cita o exemplo de ‘m^{do}’. Dependendo da leitura, pode ser ‘modo’ ou ‘mundo’. Alguns, segundo ele, abreviam e leem mal quando interpretam esta abreviatura como ‘mandado’, sendo que o uso correto, a acreditar em um padrão, seria ‘mando’, do contrário seria ‘man^{do}’.

Maria Helena Flexor identificou 32 variações para as abreviaturas do vocábulo “majestade”, entrando nesta conta singular e plural.⁴⁰ Muitas delas, porém, estabelecem relação de ambiguidade com outras abreviaturas em virtude da omissão de muitos grafemas, como, por exemplo, M^e, que, entre os séculos XVI e XIX, poderia ser “madre” ou “majestade”. As que mais se aproximam do ideal indicado por Mármol seriam Magd^e e Magest^e. O padre Sebastião de Magalhães usa duas formas para se referir à majestade, a saber, Mg^e e Mag^{de}. Já “Madre” é grafada como M^e. O que está em jogo é a sigla S., que antecede a ambas. Como a abreviatura utilizada para “madre” também servia para “majestade”, foi o contexto da frase que permitiu decifrá-las, de modo que lêssemos “Sua”, quando acompanhada de “Majestade”, e “Santa” para o caso de “Madre”, embora no caso desta última, para evitar ambiguidades, fosse recomendado a introdução de um <a> sobreposto no final.

Alguns títulos das *Ordenações Filipinas*, no que se referia ao ofício dos tabeliães e escrivães do reino, assim como os usos cotidianos da justiça e da administração, determinavam que não se truncasse a escrita, nem que ela fosse prolixa, atendendo, portanto, aos objetivos de um registro de natureza pública. Uso de abreviaturas desconhecidas poderia acarretar em problemas de leitura e interpretação futuros, embora em nenhuma parte daquela legislação se encontrasse algum tipo de restrição às abreviações. Em 1726, o tabelião José de Mello de Macedo assina o traslado do testamento do rei D. Pedro II, no qual se desdobraram as abreviaturas do original e introduziram-se novas.

Do ponto de vista da crítica textual – e conforme o objetivo da edição –, as interferências no texto original durante a produção de um testemunho perfazem um novo texto. Neste processo, o desdobramento das abreviaturas e/ou a introdução de outras desempenham papel crucial, ao qual todos aqueles que lidam com transcrição de manuscritos devem estar atentos. Não apenas o caso das abreviaturas é notório no traslado de José de Mello de Macedo, como também (e sobretudo) as alterações sintáticas e semânticas de passagens inteiras do original fundam uma nova estrutura linguística. Do testamento de 1704, os vocábulos “conservará” (l. 49), “intercessores” (l. 62), “quota” (l. 190), “título” (l. 191) e “e’ dirogallas” (l. 324) foram substituídos no traslado de 1726, por diversas razões que podemos inferir, respectivamente, por “conservação” (l. 36), “antecessores” (l. 46), “âcerca” (l. 144), “estillo” (l. 145) e “errevogallas” (l. 250), respectivamente. As alterações morfológicas afetaram, fatalmente, o sentido das sentenças correspondentes.

⁴⁰ FLEXOR. *Abreviaturas*.

Outro caso que merece destaque corresponde à introdução, pelo notário no mesmo traslado, da conjunção “e” na oração “[...] ao-mesmo Príncipe encarrego, que atenda a este respeito, eobediencia do Infante reciprocamente, e o ame e estime [...]” (l. 127-129). No original, a inexistência da dita conjunção aditiva antes de “o ame e estime” é preenchida, segundo a lógica das hierarquias próprias do Antigo Regime, no plano ideológico, pela relação de prestação e contraprestação, de modo que a obediência do infante ao príncipe seria retribuída com amor e estima, atributos próprios de um monarca no zelo com seus súditos.

As *Ordenações Filipinas*, em especial o primeiro volume, determinavam os critérios de fidedignidade para os traslados notariais. Além de atestar a fé pública do tabelião, inerente ao seu ofício, este deveria registrá-lo em notas diante de testemunhas em número mínimo de duas. No livro I, título 78, § 4, recomendava-se com vigor de lei que “se em lendo a dita Nota, for emenda, acrescentada por entrelinha, minguada, ou riscada, o Tabellião fará de tudo menção no fim da dita Nota, antes das partes e testemunhas assinarem”, e que se complementa no parágrafo seguinte, em que se determinava não fossem as notas feitas em canhenhos, nem por emendas, e sim logo no livro próprio do tabelião. Estas disposições, cumpridas diante das testemunhas e das partes outorgantes, eram medidas preventivas contra os presumíveis lapsos ou, ainda mais danoso a ordem jurídica, criminosas falsificações. E deveria o notário observar a pertinência da imediaticidade dos termos que lhe fosse distribuídos e demandados, escrevendo-os “muito declaradamente, e o menos prolixo que pode ser”, sob pena de privação do ofício.⁴¹

Quando o beneditino Jean Mabillon delineou as bases da crítica dos diplomas, advertiu que pequenos lapsos de transcrição “ordinários e próprios da condição humana” não seriam necessariamente atos de má fé, já que “não se deve a dolo ou falsidade de amanuenses e copistas dos erros acidentais exibidos pelos diplomas”⁴². Não estariam, portanto, os tabeliões atentando contra as obrigações do seu ofício, tampouco perjurando ao conferir fé pública em seus traslados se os lapsos não afetassem o conteúdo do registro, embora, conforme o exemplo anterior, determinadas interferências, passivas ou ativas, poderiam redirecionar a interpretação do conteúdo. Ainda assim, um tabelião que, por “descuido da pena”, errasse poderia se defender

⁴¹ *Ordenações Filipinas*, Liv. 1, tit. 79, § 2. É preciso observar que José Homem Correa Telles, no *Manual do Tabelião*, escrito no final do século XVIII, com base nas Ordenações, diz que as abreviaturas se entendem proibidas pela Ord. Liv. 1. Tit. 78, § 5. No entanto, a leitura desse título não deixa tão clara essa interpretação. Aliás, em nenhum momento as Ordenações fazem qualquer tipo de restrição ao uso das abreviaturas, e somente ao caráter truncado e prolixo que deve ser evitado. Nesse sentido, aí sim, poderia se falar em uma restrição ao uso das abreviaturas, pois algumas poderiam ser desconhecidas por outro público leitor, comprometendo, por vezes, a leitura e a interpretação no correr de trâmites judiciais e administrativos do reino.

⁴² CRUZ. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 182.

com os próprios argumentos de Mabillon, segundo o qual “qualquer erro ou variedade que se verifique na redação de um diploma, uma vez que não o afete apreciavelmente, em nada contribui para negar a sua autenticidade, pois que se tornaram correntes omissões ou lapsos do gênero”⁴³.

Na viragem para o século XIX, a obrigatoriedade do curso de Diplomática para os tabeliães e escrivães de Lisboa representou um ponto de inflexão naquele antigo costume dos notários. A exigência atendia, portanto, à demanda de uma leitura mais atenta e crítica do manuscrito no ato de o trasladar (ou mesmo de produzir uma nova escritura pública), em consonância ao entendimento da Diplomática, isto é, “o estudo de todo o pormenor relativo à forma gráfica ou técnica paleográfica da sua interpretação”⁴⁴. Deste modo, seriam evitados equívocos como a transcrição de “conservará” por “conservação”. Na época em que se lavrou o testamento de D. Pedro II, o acento circunflexo podia assumir o mesmo valor fônico do que posteriormente – e assim permanece – se convencionou ser a marca do acento agudo, ou seja, marcar a tonicidade das vogais e/ou a abertura das vogais mediais.⁴⁵ Evidentemente, lapsos de leitura também podem explicar este caso específico, pois no momento em que transcreveu o vocábulo “conservação”, o notário se viu obrigado a uma quebra de linha e, caso estivesse com a sentença adiantada em sua memória, poderia ter se confundido com a terminação do vocábulo “bençã”, grafado em seguida, no original, e atualizado com o sinal de nasalização.

João Pedro Ribeiro, diplomata português e lente da cadeira de Diplomática instituída na Universidade de Coimbra, alegava que sempre houve peritos em leitura de manuscritos antigos no reino. Entretanto, isto não era o suficiente. Não bastava apenas ler, mas era preciso saber avaliar. Consternava-se da carência de esmero na leitura dos manuscritos e da omissão na crítica documental, de modo que se chegou a reputar originalidade a um testamento do imperador Júlio

⁴³ CRUZ. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 182.

⁴⁴ _____. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 184.

⁴⁵ ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. “Grafemas e diacríticos em manuscritos setecentistas”. *VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Rio de Janeiro, 2003.

Disponível em <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno10-08.html>. O autor remonta a tratados escritos entre os séculos XVI e XVIII, como Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Duarte Nunes Leão (1576), Jerônimo Argote (1725) e Bernardo Bacellar (1783), para compreender o uso dos sinais diacríticos na escrita setecentista. Diferentemente do uso atual, a função dos acentos gráficos era bem variado. Poderia marcar a quantidade de uma vogal, indicar a existência de crase. Nos manuscritos, o autor não encontrou muita regularidade no uso dos sinais diacríticos, pois o agudo e o circunflexo, em alguns casos, correspondiam a um único valor fonético. “Em se tratando do uso de sinais diacríticos, de uma maneira geral, os manuscritos setecentistas não se diferenciam tanto de textos ainda mais antigos. Em documentos do século XIII, por exemplo, em pleno período fonético da ortografia portuguesa, conforme constatação de Huber, ‘o uso de sinais ortográficos (como acentos, tiles, traços de união, apóstrofes)’ era ‘bem variado e inconsequente’. Um exemplo dessa suposta falta de critério no emprego desses sinais diz respeito ao acento agudo, que muitas vezes é usado ao lado do til para representar vogais nasalizadas, mas também se encontra em vogais orais, não nasalizadas.”

César, sendo ele, na verdade, cinco séculos mais moderno.⁴⁶ Se, por um lado, o Alvará de 1801 representou uma mudança significativa na prática notarial da Corte, por outro lado, ele institucionalizou o processo do desenvolvimento científico daquela matéria, que há largos anos vinha sendo estudada e aperfeiçoada no âmbito dos mosteiros, em especial dos beneditinos.

Conservar para se mover no passado

Uma *transcrição conservadora* é aquela que mantém a informação oferecida pelo texto sobre os aspectos da sua produção, como as pausas, as sobreposições, as palavras grafadas sem se desfazer ou refazer as fronteiras entre as palavras (para os atuais padrões ortográficos), as hesitações do escriba, abandonos e rupturas, repetições, reformulações, truncamentos, variantes fonéticas e morfo-fonológicas de um mesmo grafema e, por extensão, as abreviaturas.⁴⁷ A combinação de todos estes fatores resulta em uma compreensão adequada do momento em que aquele texto foi produzido. Esta compreensão somente é possível a partir de dentro, ou seja, por meio de um sinal gráfico da escrita, entramos no universo de seu autor, enxergamos aquele mundo com seu olhar e o sentimos com a sua sensibilidade.

Um texto é sempre um testemunho de sua época. Às vezes, ele revela seu universo mais espontânea e explicitamente. Em outras circunstâncias, ele requer mais minúcia. Por meio do punho do padre jesuíta Sebastião de Magalhães, compreendemos a percepção de mundo do rei D. Pedro II e, amparados pela prática erudita da crítica textual, utilizamos seus próprios critérios para analisar o seu tempo, o tempo da guerra e da instabilidade. Sucessivas camadas temporais encampam o texto originalmente escrito em 1704 e cada uma delas imprime a marca indelével de sua própria época. José de Mello de Macedo, notário lisboeta, assina o traslado de um testamento lavrado em um tempo, ainda que próximo, muito distinto nos espectros políticos e culturais, testemunhando as práticas e os usos de seu ofício. D. António Caetano de Sousa, acadêmico erudito financiado pelo rei D. João V, deixa entrever, em meio aos pretensos descuidos da pena, a cultura portuguesa em transformação e a nova roupagem da História no reino e seus domínios. No século XX, depois de longa trajetória de desenvolvimento, assaltados por uma contingência no terremoto ano de 1755 e por sucessivos deslocamentos, Rosalina da Cunha retoma o velho manuscrito do padre Magalhães para testemunhar, desta vez, em sua época (não tão distante de nós), os avanços conquistados no campo da Paleografia e da Diplomática.










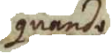




⁴⁶ RIBEIRO, João Pedro. *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1867, vol 5, p. 111.

⁴⁷ Sobre a transcrição conservadora para o caso português, cf. <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/225-description-cordial-sin-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects>.

Cada um daqueles testemunhos remete, de um lado, a um passado e, de outro, ao seu próprio tempo. Este fenômeno sugere a complexidade em torno da transmissão de um texto. Depois de sucessivas transmissões através de transcrições e deslocamentos, parece-nos impossível permanecer indiferentes à trajetória do texto que compõe o testamento de D. Pedro II. Igualmente, compreendemos – se atentos aos critérios de cada época – com alguma simpatia aqueles personagens responsáveis por transmiti-lo ao longo das gerações. Ponderada a trajetória do texto original, a proposta de edição feita por Rosalina Cunha, em 1967, é a que mais se aproxima daquele testemunho de 1704, ainda que tenha desdobrado as abreviaturas. Tal aproximação é resultado de um processo iniciado no final do século XVIII e consolidado no século XIX.

Com relação às abreviaturas, as normas de transcrição, em especial, no Brasil, tendem a sugerir o seu desdobramento conforme a regra atual da ortografia. Todavia, este tipo de transcrição acarreta em significativas interferências no texto original e compromete, assim, a análise de linguistas acerca do estado da língua do passado. O sistema de abreviaturas carrega consigo marcas substanciais do passado em que foi produzido. Em último caso, na opção pelo desdobramento é preciso levar em conta que aquela abreviatura remete a uma palavra conhecida, no geral, por sua forma plena. Seria interessante que o editor buscasse, no próprio manuscrito, eventuais formas plenas para as abreviaturas correspondentes. Para dar sequência a este argumento, analisemos o quadro a seguir.

QUADRO 01: Correspondências entre abreviaturas e formas plenas (1704)

Abreviatura	Forma plena	Linha	Abreviatura	Forma plena	Linha
		l. 1			l. 54
		l. 70			l. 9
		l. 92			l. 82
		l. 65			l. 93
		l. 30			l. 87

		l. 59			l. 56
		l. 327			l. 3
		l. 112			l. 17

No entanto, esta orientação metodológica não é desprovida de problemas. Até a oficialização de um acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa, os vocábulos poderiam apresentar muitas variações. Se circunscrevermos nosso olhar apenas aos testemunhos do testamento de D. Pedro II, o traslado do tabelião Macedo apresenta algumas e a edição de D. António Caetano de Sousa umas tantas outras. Pode ser, inclusive, que, de um mesmo punho e no mesmo manuscrito, encontremos variações para um mesmo vocábulo, embora este não seja o caso do manuscrito do padre Sebastião de Magalhães. Ainda com estas armadilhas metodológicas, Rosalina Cunha parece ter se guiado por esta orientação. À exceção de *pera*, *Reyno* e *Raynha*, todas as correspondências de 1704 eram compatíveis com a ortografia portuguesa em vigência na década de 1960. Quando aquela paleógrafa desdobrou p^{ra}. e Rn^o., o fez conforme os critérios do original, já em R^a., ela atualizou o valor ortográfico para “Rainha”.

São inúmeros os argumentos para a defesa de uma transcrição conservadora – tendo em vista a orientação que norteia este tipo de edição, fundamentalmente ligada aos estudos filológicos. No entanto, o tipo de edição depende muito do seu objetivo. Uma edição de manuscrito para atender a várias demandas: judiciais, historiográficas, linguísticas, administrativas entre outras. A historiografia, sobretudo a brasileira, por exemplo, nos últimos anos vem adotando a transcrição modernizada em suas transcrições. Isso, em boa medida, tem a ver com a necessidade cada vez maior das demandas de pesquisa, em que historiadores e historiadoras dedicam um tempo mais expressivo para a leitura bibliográfica, a fim de se atualizarem nos debates. Por outro lado, a chamada “explosão historiográfica” levou os pesquisadores a investigarem séries documentais muito extensas e, por vezes, o tratamento paleográfico mais acurado fica espremido no meio de um sem-número de bancos de dados. A consequência deste movimento foi o deslocamento dos aspectos paleográficos para o segundo plano, favorecendo o conteúdo. Isso não significa uma perda na produção historiográfica. É somente uma outra forma de olhar o documento. Forma distinta daquela operada pela Linguística Histórica, para a qual a forma gráfica da palavra adquire centralidade, já que é uma ciência voltada para a transformação

das línguas no decurso temporal, o que justifica sua opção compulsória pela transcrição conservadora.

Conhecer um texto em sua forma genuína é indispensável para uma adequada compreensão do estado da língua no passado a que se endereça. É verdade que, frequentemente, os leitores de manuscritos antigos se deparam com truncamentos, abreviaturas desconhecidas, enfim, estruturas linguísticas que apontam para um uso diferenciado do português atual. Como será possível compreender o sistema de abreviaturas corrente no passado, por exemplo, se insistirmos em desdobrá-las? O que hoje nos parece estranho, há largos anos representava instituições, mentalidades, costumes das culturas e civilizações antigas.⁴⁸ O estranho, o outro, nos chega como vestígio do passado e tem o poder de liberar novos sentidos para o presente.

Na edição de *Abreviaturas*, de Juan Vázquez del Mármol, Carmen Herrero optou, prudentemente, por uma transcrição conservadora, seguindo “fielmente a ortografia e a acentuação do original”, pois, segundo ela, não é necessária “uma normalização segundo as regras atuais para a perfeita compreensão do texto”⁴⁹. Além disso, a transcrição conservadora permite compreender a língua do passado segundo o uso de seu tempo. Assim, podemos compreender mais adequadamente sua dinâmica. O que, por extensão, vale para as abreviaturas, amiúde indícios da transformação de inúmeros léxicos no processo evolutivo de uma língua. Se Mármol considerava as abreviaturas muito suas inimigas por causarem tanta confusão entre os leitores, por outro lado, se lhes olharmos com alguma simpatia e compreensão, elas podem ser também muito amigas.

⁴⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. “A Diplomática em Portugal: balanço e estado actual”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, vol. 26, 1991, p. 126.

⁴⁹ HERRERO. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 194.